

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 002/2020 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (CODEVASF)

Pregão Eletrônico (SRP) nº 002/2020 - CODEVASF
Processo nº 59530000469202055

NMQ COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. (“NMQ”), pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.893.377/0001-70, com sede na Av. General Mascarenhas de Moraes, nº 1485, Imbiribeira, Recife/PE, CEP 51.150-000, neste ato representada na forma dos seus atos societários, vem, perante V.Sa., com fulcro no art. 441, §1º, do Decreto nº 10.024/2019 e demais disposições legais aplicáveis, interpor **RECURSO contra a habilitação do licitante vencedor**, o que faz pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

I – RESUMO DOS FATOS

1. **O certame.** Trata-se de certame licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico (Sistema de Registro de Preços), promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, no âmbito da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, para fins Registro de Preços, tendo por objeto, conforme descrito no respectivo edital, *“o fornecimento, carga, transporte e descarga de Retroescavadeiras sobre Rodas para atendimento de diversas localidades, no âmbito da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, no estado de Pernambuco”*, com a consequente efetivação da Ata de Registro de Preços e respectivos contratos.

2. **Abertura.** A sessão do Pregão Eletrônico foi iniciada em 09/09/2020, às 09:02, conforme Ata de Realização de referência nº 195002.22020.6922.4405.29937472267, com início do recebimento das propostas do Item 1 (único item licitado) às 09:10 e encerramento às 10:59 do mesmo dia.

3. **Empate.** De início, a licitante ELYSIUM Inc. Negócios EIRELI (CNPJ/ME nº 06.951.656/0001-76), por enquadrar-se na categoria de MEI/EPP e tendo enviado proposta dentro dos limites de empate, foi convocada para enviar novo lance, nos termos do art. 45, I, da Lei Complementar nº 123/2006. Contudo, aquela empresa desistiu de enviar o lance, o que foi certificado na Ata às 10:59 do dia 09/09/2020.

4. **Habilitação da vencedora.** Em seguida, foi convocada para envio da documentação a licitante que ofertara o lance de menor valor, a empresa SOTREQ S/A (CNPJ/ME nº 34.151.100/0013-74), doravante apenas “SOTREQ”, cujos documentos foram aceitos e a qual foi considerada habilitada e declarada vencedora, em 10/09/2020, às 15:33.

5. Contudo, a SOTREQ S/A, apesar de ter sido habilitada e declarada vencedora, deixou de apresentar a proposta nos termos exigidos pelo Edital, bem como de atender às exigências de habilitação e qualificação, tendo apresentado proposta em desconformidade com as regras do Edital e documentos de habilitação vencidos.

6. **Intenção de Recurso.** Por essa razão, a NMQ, nos termos do art. 44, *caput*, do Decreto nº 10.024/2019, registrou sua intenção de recurso, às 15:42 do mesmo dia 10/09/2020, o que foi aceito pela Ilma. Pregoeira às 16:30.

7. Desse modo, vem a NMQ apresentar suas razões de recurso, de forma escrita, que demonstram a necessidade de desclassificação da proposta da SOTREQ e inabilitação daquela licitante, como se verá adiante.

II – CABIMENTO E TEMPESTIVIDADE

8. **Cabimento.** De início, cumpre destacar que o presente recurso é cabível na medida em que (i) houve manifestação, a tempo e modo e nos termos do art. 44, *caput*, do Decreto nº 10.024/2019, de Intenção de Recurso pela NMQ, o que foi reconhecido e aceito pela Ilma. Pregoeira, conforme constante na Ata do Pregão Eletrônico; e (ii) a NMQ tem legitimidade para recorrer da classificação da proposta e da SPTREQ e da habilitação e declaração de vitória daquela licitante, uma vez que a NMQ, além de também ser licitante no mesmo certame, apresentou o segundo menor lance, tendo sido, portanto, amplamente prejudicada pela classificação da proposta e habilitação irregular da SOTREQ.

9. **Tempestividade.** Do mesmo modo, inegável é a tempestividade deste recurso. Como constante em Ata, a Intenção de Recurso foi manifestada pela NMQ em 10/09/2020, e o item 12.1 do Edital prevê o prazo de 03 (três) dias úteis, contados da manifestação de intenção de recorrer, para apresentação das razões escritas do recurso. Logo, tal prazo encerra-se em 15/09/2020.

10. Além disso, o item 12.6 do Edital prevê que as razões de recurso devem ser apresentadas, por escrito, via sistema do portal Compras Governamentais ou, em caso de problemas de envio no sistema, pelo e-mail 3a.sl@codevasf.gov.br, endereçado à Ilma. Pregoeira.

11. No mais, o item 29.14 do Edital estabelece como momento limite para apresentação dos recursos o horário das 17h do último dia do prazo estabelecido.

12. Desse modo, considerando que o presente recurso foi apresentado dentro do prazo e na forma previstos no Edital, deve ser considerado regular e tempestivo para todos os fins.

III – PRELIMINAR: DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DA SOTREQ. DESCONFORMIDADE OM O PRAZO PREVISTO NO ITEM 19.1 DO EDITAL E VIOLAÇÃO AO SIGILO DO CERTAME.

13. Antes de adentrar ao mérito do recurso, cumpre trazer à baila discussão preliminar que deve ensejar a desclassificação da proposta ofertada pela SOTREQ. Explica-se.

14. **Prazo de entrega não atendido.** O item 19.1 do Edital estabelece o prazo de 90 (noventa) dias corridos para entrega dos materiais objeto do certame, contados da contratação ou da Ordem de Fornecimento.

15. No entanto, a SOTREQ, embora tenha consignado em sua proposta preliminar que a entrega dos materiais seria realizada no prazo de 90 (noventa) dias (sem especificar o marco inicial de contagem, tampouco se o prazo seria contado em dias úteis ou corridos), modificou os termos da proposta definitiva (doc. 01), que foi declarada vencedora, para fazer constar ali prazo de entrega dos materiais de **90 (noventa) dias úteis após a publicação da Ata**, tendo ainda consignado que a entrega dos materiais naquele prazo dependeria da **“disponibilidade de produção da fábrica”**.

16. Ora, trata-se de flagrante divergência ao quanto exigido no Edital. A uma, porque estabelece a contagem em dias úteis, o que por certo alarga, em muito, o prazo de entrega; a duas, porque inicia a contagem do prazo a partir da publicação da Ata, o que interfere na relação contratual e no cumprimento do escopo do contrato a ser celebrado; e a três, porque condiciona a entrega dos materiais à disponibilidade de produção da fábrica, situação sobre a qual o ente licitante não tem qualquer responsabilidade e que enseja a completa falta de segurança na consecução do objeto da licitação.

17. Mas não é só.

18. **Sigilo do certame.** O Anexo II – Planilha de Preços (Anexo da Proposta), constante do Edital, estabelece os termos em que deve ser apresentada a proposta dos licitantes, e ali consta observação expressa de que *“os dados da empresa licitante só deverão ser preenchidos em sua proposta definitiva. O Termo de Proposta enviado na proposta inicial cadastrada no sistema não deverá conter dados que possam identificá-la, para manutenção do sigilo da licitação.”* (g.n.).

19. Trata-se, como mencionado no próprio texto do Edital, de previsão voltada à preservação do sigilo da licitação, de modo a evitar que o conhecimento prévio dos dados do ofertante de cada proposta pelo Pregoeiro ou julgador comprometa o caráter isonômico do certame.

20. **Violação ao sigilo.** Contudo, como se depreende da proposta apresentada pela “SOTREQ”, esta empresa não cumpriu a exigência contida o Edital, tendo apresentado proposta contendo explicitamente os dados da empresa e impedindo a manutenção do sigilo da licitação.

21. Depreende-se, portanto, que a proposta apresentada pela SOTREQ, a qual foi classificada e declarada vencedora, está em completo desacordo com as normas e exigências previstas no Edital, tendo violado o item 19.1 e o Anexo II do Edital.

22. **Desclassificação.** Para situações como estas, o Edital traz regra expressa: “*Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos e que apresentarem irregularidade ou defeitos capazes de impedir o seu julgamento.*” (item 8.3 do Edital).

23. Desse modo, a SOTREQ não poderia ter sido considerada habilitada e declarada vencedora, eis que a proposta por ela apresentada deveria ter sido desclassificada pela Ilma. Pregoeira e sua Equipe de Apoio.

24. Por tais razões, imperioso que seja imediatamente **desclassificada** a proposta da SOTREQ, com a anulação dos atos de habilitação e declaração de vitória daquela licitante.

IV – MÉRITO DO RECURSO: RAZÕES PARA INABILITAÇÃO DA SOTREQ

IV.1. Violação aos itens 11.1.4 e 11.1.5 e aplicação do item 11.1.8 do Edital.

25. Acaso superada a preliminar acima, cumpre trazer as razões de mérito, onde melhor sorte não assiste à SOTREQ. Vejamos.

26. Conforme disposto no item 11.1 do Edital, o Ilma. Pregoeira, após o encerramento da fase de aceitação das propostas, procederá à análise dos documentos de habilitação apresentados pelo licitante vencedor, cuja relação encontra-se nos itens 11.1.1 a 11.1.4.

27. Em paralelo, o item 11.1.8 do Edital estabelece que “*A não apresentação ou a não comprovação de regularidade de qualquer dos documentos indicados no subitem 11.1.1 a 11.1.4 deste Edital implicará a inabilitação da licitante*”.

28. **Vinculação ao edital.** Ora, é sabido que a vinculação ao instrumento convocatório é princípio básico dos procedimentos licitatórios, conforme previsão expressa contida no art. 3º da Lei nº 8.666/93 (“Lei de Licitações”). Isso significa, portanto, que se o Edital prevê a inabilitação do licitante no caso de não apresentação (ou apresentação irregular) de documentos exigidos no instrumento convocatório, qualquer medida diferente disso consiste em flagrante violação legal, o que definitivamente não pode ser aceito.

29. **Jurisprudência.** E ainda que não bastasse a clareza do texto legal, a jurisprudência pátria é uníssona ao atestar que a não apresentação de documentação exigida no edital enseja a inabilitação do licitante, como se depreende do julgado a seguir:

AGRAVO INTERNO. LICITAÇÃO. NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL. ELIMINAÇÃO DO CERTAME. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE.

1. As agravantes foram eliminadas do certame por terem deixado de entregar os documentos que deveriam acompanhar o Plano de Negócios, conforme exigência do item 8.7.2, letra f. do Edital. Em que pese assegurarem que apresentaram os mesmos documentos na primeira e na terceira fase, não há comprovação nos autos de que todos os documentos necessários tenham efetivamente sido entregues no prazo determinado pelo edital.

2. Portanto, diante da ausência de comprovação de que os documentos foram realmente entregues no momento oportuno, não se vislumbra qualquer ilegalidade cometida pela agravada.

3. **Ressalte-se que a exigência dos documentos previstos no edital não constitui formalismo excessivo, mas sim observância dos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório.**

4. Agravo interno desprovido.

(TRF-2, AG: 01007234420144020000 RJ 0100723-44.2014.4.02.0000, Relator: LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO, Data de Julgamento: 04/08/2014, 7ª TURMA ESPECIALIZADA) (g.n.)

30. Pois bem. Como será demonstrado adiante, a SOTREQ não atendeu às exigências contidas nos itens 11.1.4 e 11.1.5 do Edital, situação que deve ensejar a inabilitação daquela licitante, nos termos do item 11.1.8 do Edital, da legislação vigente e da jurisprudência pacificada. Vejamos.

IV.1.a. Não apresentação de Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial (item 11.1.4.b)

31. **Falta de documento.** A primeira razão que deve ensejar a inabilitação da SOTREQ é simples e não comporta maior discussão: a SOTREQ não apresentou Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, conforme exigido no item 11.1.4.b do Edital.

32. Trata-se, portanto, de clara violação às normas editalícias, consistente na não apresentação de documento exigido para habilitação dos licitantes, o que deve implicar na sumária inabilitação da SOTREQ, nos termos do item 11.1.8 do Edital.

IV.1.b. Não comprovação de regularidade junto ao SICAF. Apresentação de certidões vencidas e ausência de regularização (item 11.1.4.a)

33. Em seguida, outro fator que aponta para a necessidade de inabilitação da SOTREQ é o descumprimento das exigências editalícias de apresentação de documentação regular e apta a comprovar a regularidade fiscal e a qualificação econômico-financeira daquela licitante perante o SICAF, contidas nos itens 11.1.4 do Edital.

34. O item 11.1.4, a, do Edital estabelece que a habilitação do licitante vencedor deve ser condicionada obrigatoriamente à “*Verificação, "on line", junto do SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, da documentação obrigatória (RECEITA FEDERAL, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, FGTS, SEGURIDADE SOCIAL – INSS)*”.

35. No entanto, conforme se verifica da documentação apresentada pela SOTREQ, a situação cadastral daquela empresa junto ao SICAF, cujo extrato data de 01/06/2020, encontra-se irregular (doc. 02):

I - Credenciamento (Possui Pendência)		
II - Habilitação Jurídica (Possui Pendência)		
III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal		
Receita Federal e PGFN	Validade:	04/08/2020
FGTS	Validade:	10/07/2020
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	11/09/2020
IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal		
Receita Estadual/Distrital	Validade:	28/07/2020
Receita Municipal	Validade:	01/07/2020
VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)		
	Validade:	31/05/2020 ^(*)

36. Veja-se, de antemão, que tanto no “Credenciamento” quanto na “Habilitação Jurídica”, o cadastro da SOTREQ apresenta registro de pendências. Além disso, de acordo com as informações do SICAF, com exceção da regularidade trabalhista¹, todos os demais documentos de regularidade fiscal – seja federal, estadual ou municipal – e de qualificação econômico-financeira **encontram-se vencidos**.

37. Além do que se depreende do extrato do SICAF, o fato de que os documentos apresentados pela SOTREQ se encontram vencidos pode ser comprovado também pela simples verificação da documentação acostada. Em resumo, a SOTREQ apresentou, para fins de habilitação no certame:

- a. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF (doc. 03) **vencido desde 10/07/2020;**
- b. Certidão de Débitos Tributários e Dívida Ativa Municipal (doc. 04) **vencida desde 01/07/2020;**
- c. Certidão de Débitos Trabalhistas (doc. 05) **vencida desde 01/08/2020;**

38. Neste ponto, ressalte-se que o item 11.1.9 do Edital prevê claramente que “a validade das certidões referidas no subitem 11.1.1 corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. (...)”. Assim, considerando que os próprios documentos acostados pela SOTREQ trazem informação quanto às respectivas datas de vencimento, não há o que se discutir sobre os seus prazos de validade, inegavelmente ultrapassados.

39. Demais disso, o item 11.1.4, a1, do Edital ainda dispõe que “Na hipótese de haver documentos com prazo de validade vencido junto ao SICAF, a licitante vencedora deverá apresentar a documentação correspondente com prazo de validade em vigor”. Isso significa que, estando vencidos os documentos que comprovariam, no âmbito do SICAF, a regularidade fiscal e a qualificação econômico-financeira da SOTREQ, esta deveria ter apresentado, no momento de sua habilitação, outros documentos capazes de suprir as exigências do Edital.

40. Contudo, tais documentos “complementares” **não foram apresentados**. Como mencionado acima, a SOTREQ limitou-se a apresentar documentos vencidos, sem acostar qualquer documentação capaz de suplantar as pendências indicadas no SICAF.

¹ Destaque-se que o extrato do SICAF data de 01/06/2020, mas a Certidão de Débitos Trabalhistas apresentada pela SOTREQ venceu em 01/08/2020, não tendo sido apresentado qualquer outro documento que demonstra a regularidade daquela empresa. **Desse modo, sequer a regularidade trabalhista foi comprovada pela SOTREQ.**

41. Também por essa razão, considerando o não cumprimento, pela SOTREQ, das exigências editalícias de regularidade fiscal e habilitação econômico-financeira, é que deve ser aplicado o item 11.1.8 do Edital, culminando na inabilitação da referida licitante.

V – REQUERIMENTOS E PEDIDOS

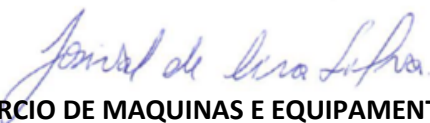
42. Por todo o exposto, a NMQ requer o recebimento e conhecimento do presente Recurso para que, após a oitiva dos demais licitantes interessados, caso estes se manifestem na forma e prazo legais, essa Ilma. Pregoeira digne-se a

- (i) acolher a preliminar suscitada para determinar a desclassificação da proposta apresentada pela SOTREQ, em razão do não atendimento às exigências contidas no Edital, especificamente a exigência de atendimento da proposta ao prazo de entrega dos materiais e de manutenção do sigilo da proposta, nos termos do item 8.3 do Edital; ou
- (ii) caso indeferido o pedido preliminar acima, encaminhar o Recurso à competente autoridade julgadora, à qual se requer desde já que seja dado provimento a este Recurso, para **inabilitação da licitante SOTREQ**, nos termos do item 11.1.8 do Edital, em razão do descumprimento, pela SOTREQ, das exigências contidas nos itens 11.1.4 e 11.1.5 do Edital.

43. Ao final, após o julgamento e provimento deste Recurso, com a desclassificação da proposta da SOTREQ ou com a inabilitação daquela licitante, requer-se que seja convocada a NMQ para apresentação dos documentos de regularidade, habilitação e qualificação, de acordo com as regras deste certame, considerando ter sido a NMQ a licitante cuja proposta foi classificada em segundo lugar, nos termos do Edital e da Ata de Registro de Preços lavrada.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Recife/PE, 15 de setembro de 2020.


NMQ COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.
CNPJ nº 10.893.377/0001-70